

# O orçamento nutre-se da inflação

22 MAR 1984

Não são de estranhar as correções apresentadas pelo presidente da República ao Congresso, a ser feitas no orçamento fiscal. Nem se deve pensar, por outro lado, que as receitas previstas, que eram inicialmente de 21.586,6 bilhões de cruzeiros e agora se elevam para 31.750 bilhões, mostram algum progresso da economia nacional. Ao contrário, refletem, por um lado, o aumento da carga tributária e, por outro, os efeitos de uma inflação maior do que a esperada. Naturalmente, com o agravamento da inflação, as despesas também aumentam. Na realidade, a situação orçamentária está apenas passando por um reajuste, que não dá grande margem a despesas suplementares, capazes de surtir efeito anti-recessionista.

Há um fato que se deve reconhecer: de 1980 a 1983, as receitas da União em relação ao Produto Interno Bruto acusaram redução. Em 1980, representavam 9,3% do PIB; em 1983, 8,9%. Cumpre acrescentar que somente as receitas do Imposto de Renda mostraram aumento: de 2,3%

do PIB, em 1980, elevaram-se para 2,8% no ano passado. O crescimento da carga tributária revela-se mais significativo ainda quando se observa que o PIB e, em consequência, a renda nacional diminuíram nos últimos anos.

Na verdade, se houve redução das receitas totais da União em relação ao PIB, é que a recessão está contribuindo também para reduzir tais receitas. Foi por isto, aliás, que o governo, nos fins do ano passado, decidiu contrabalançar os efeitos da recessão sobre as receitas majorando diversos impostos — o que nos leva a prever que a carga tributária voltará a aumentar.

Tal crescimento foi até maior do que o previsto pelo governo, por ter sido mais alta a taxa de inflação e, provavelmente, devido à antecipação, em relação aos anos anteriores, do pagamento dos impostos pelas empresas. Se não fosse a taxa de inflação, que exerce influência também sobre as despesas, o governo poderia ter tomado uma medida sal-

vadora: reduzir os impostos. Agora, diante de uma receita maior do que a prevista, só pode pedir ao Congresso que ajuste também as despesas autorizadas...

Não obstante, parece que o aumento das receitas não reflete apenas os efeitos da inflação, mas tem sua origem em alguns erros de previsão, notadamente no que diz respeito aos rendimentos auferidos por operações financeiras. O governo, porém, não optou pela redução da tributação, mas simplesmente pelo aumento das transferências.

Essa situação relativamente confortável das receitas levou decerto o governo a propor uma solução diferente à inicialmente prevista para a Siderbrás. A princípio, havia-se estipulado que os preços siderúrgicos sofreriam um reajuste de 5% acima da taxa de inflação. O governo estaria inclinado a transformar em capital a dívida não saldada em 1983 pela Siderbrás, no montante aproximado de um trilhão de cruzeiros. Essa solução teria a vantagem de reduzir as

pressões inflacionárias e torna-se possível em razão do maior superávit orçamentário.

Não se deve ter ilusões quanto à nova solução proposta pelo governo: é sempre o consumidor-contribuinte quem paga a conta da ineficiência do setor público. Em tese, apesar das reações negativas da Siderbrás, a solução da capitalização da dívida — outra forma de “desdolarização” — é a melhor. Com efeito, como se sabe, o endividamento externo das empresas estatais teve por função muito mais financiar o déficit do balanço de pagamentos do que financiar projetos. Mas, como bem o lembrou ontem o economista Paulo Rabello de Castro, se a Nação está contribuindo para o saneamento das empresas estatais, tem pelo menos o direito de pedir a elas que melhorem sua eficácia, sua produtividade e, notadamente, reduzam o excesso de pessoal. Não se vê propostas nesse sentido e é preciso reconhecer que o contribuinte continua sendo vítima da ineficiência do setor público...

ESTADO DE SÃO PAULO